



Setembro/2014



SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Concurso Público para provimento de vagas de Auditor Fiscal do Tesouro Estadual - AFTE I

Nome do Candidato _____

Caderno de Prova 'A01', Tipo 005

Nº de Inscrição _____

MODELO

Nº do Caderno _____

MODELO1

Nº do Documento _____

0000000000000000

00001-0001-0001

ASSINATURA DO CANDIDATO _____

PROVA 1 – Conhecimentos Gerais

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno contém 80 questões, numeradas de 1 a 80.
Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul. Não será permitido o uso de lápis, lapiseira, marca-texto ou borracha durante a realização das provas.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- A duração da prova é de 4 horas e 30 minutos, para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS (P1)****Língua Portuguesa**

Instruções: As questões de números 01 a 10 referem-se ao texto abaixo.

Não há hoje no mundo, em qualquer domínio de atividade artística, um artista cuja arte contenha maior universalidade que a de Charles Chaplin. A razão vem de que o tipo de Carlito é uma dessas criações que, salvo idiosincrasias muito raras, interessam e agradam a toda a gente. Como os heróis das lendas populares ou as personagens das velhas farsas de mamulengos.

Carlito é popular no sentido mais alto da palavra. Não saiu completo e definitivo da cabeça de Chaplin: foi uma criação em que o artista procedeu por uma sucessão de tentativas erradas.

Chaplin observava sobre o público o efeito de cada detalhe.

Um dos traços mais característicos da pessoa física de Carlito foi achado casual. Chaplin certa vez lembrou-se de arremedar a marcha desgovernada de um tabético. O público riu: estava fixado o andar habitual de Carlito.

O vestuário da personagem – fraquezinho humorístico, calças lambazonas, botinas escarrapachadas, cartolinha – também se fixou pelo consenso do público.

Certa vez que Carlito trocou por outras as botinas escarrapachadas e a clássica cartolinha, o público não achou graça: estava desapontado. Chaplin eliminou imediatamente a variante. Sentiu com o público que ela destruíra a unidade física do tipo. Podia ser jocosa também, mas não era mais Carlito.

Note-se que essa indumentária, que vem dos primeiros filmes do artista, não contém nada de especialmente extravagante. Agrada por não sei quê de elegante que há no seu ridículo de miséria. Pode-se dizer que Carlito possui o dandismo do grotesco.

Não será exagero afirmar que toda a humanidade viva colaborou nas salas de cinema para a realização da personagem de Carlito, como ela aparece nessas estupendas obras-primas de humor que são O garoto, Em busca do ouro e O circo.

Isto por si só atestaria em Chaplin um extraordinário discernimento psicológico. Não obstante, se não houvesse nele profundidade de pensamento, lirismo, ternura, seria levado por esse processo de criação à vulgaridade dos artistas medíocres que condescendem com o fácil gosto do público.

Aqui é que começa a genialidade de Chaplin. Descendo até o público, não só não se vulgarizou, mas ao contrário ganhou maior força de emoção e de poesia. A sua originalidade extremou-se. Ele soube isolar em seus dados pessoais, em sua inteligência e em sua sensibilidade de exceção, os elementos de irredutível humanidade. Como se diz em linguagem matemática, pôs em evidência o fator comum de todas as expressões humanas.

(Adaptado de: Manuel Bandeira. "O heroísmo de Carlito". **Crônicas da província do Brasil**. 2. ed. São Paulo, Cosac Naify, 2006, p. 219-20)

1. No contexto, observa-se relação de causa e efeito entre estes dois segmentos:
 - (A) *Carlito é popular / no sentido mais alto da palavra*
 - (B) *Chaplin observava sobre o público o efeito de cada detalhe / O público riu*
 - (C) *o público não achou graça / Chaplin eliminou imediatamente a variante*
 - (D) *Podia ser jocosa também / mas não era mais Carlito*
 - (E) *Descendo até o público / A sua originalidade extremou-se*
2. Considerado o contexto, o segmento cujo sentido está adequadamente expresso em outras palavras é:
 - (A) *as personagens das velhas farsas de mamulengos* = os protagonistas dos antigos dramas de mascarados
 - (B) *salvo idiosincrasias muito raras* = destacando-se circunstâncias bastante incomuns
 - (C) *um extraordinário discernimento psicológico* = um inalienável equilíbrio mental
 - (D) *possui o dandismo do grotesco* = tem a expressão vaga do palhaço
 - (E) *arremedar a marcha desgovernada de um tabético* = imitar o passo descontrolado de um tábido
3. Ao refletir sobre a arte de Chaplin, Manuel Bandeira estabelece uma distinção entre o que é
 - (A) popular num sentido superior, quando o artista sensível, a partir das reações do público, descobre em si mesmo o que é mais típico do ser humano, e o que é vulgar, quando o artista medíocre apenas transige com o gosto predominante.
 - (B) próprio da arte cinematográfica, em que a produção artística tende à universalidade, e o que é típico da arte popular, em que o trabalho do artista acaba por limitar-se a um público mais restrito.
 - (C) feito para levar ao riso, em que o êxito depende do conhecimento das expectativas do público pelo artista, e o que é mais sério e profundo, em que o sucesso do artista pode ocorrer mesmo que ele desconheça essas expectativas.
 - (D) puramente casual, como ocorre com o artista popular, que trabalha por tentativa e erro, e o que é rigorosamente planejado, como se dá com o artista herético, que desconsidera de todo o gosto do público.
 - (E) caracterizado pelo pensamento, pela poesia e pelo lirismo, como é a arte feita pelo artista genial, e o que é obtido por mudanças de roupas e acessórios, como ocorre com todo artista vulgar.



<p>4. <i>Aqui é que começa a genialidade de Chaplin.</i></p> <p>O elemento que desempenha a mesma função sintática desempenhada pelo segmento grifado na frase acima está grifado em:</p> <p>(A) <i>Chaplin <u>certa vez</u> lembrou-se de arremedar a marcha desgovernada de um tabético.</i></p> <p>(B) <i>Chaplin eliminou imediatamente <u>a variante</u>.</i></p> <p>(C) <i>... uma criação em que <u>o artista</u> procedeu por uma sucessão de tentativas erradas.</i></p> <p>(D) <i>... o tipo de Carlito é uma dessas criações que, salvo idiosincrasias muito raras, interessam e agradam <u>a toda a gente</u>.</i></p> <p>(E) <i>Carlito é <u>popular</u> no sentido mais alto da palavra.</i></p>	<p>8. A frase do texto reescrita com clareza e correção é:</p> <p>(A) Frisem-se que essas roupas, vindas dos primeiros filmes de Chaplin, não tem nada que possa ser visto como particularmente extravagante.</p> <p>(B) Carlito não surgiu pronto e acabado da mente de Chaplin: uma sucessão de tentativas erradas foi o que levou o artista a essa criação.</p> <p>(C) Uma ocasião onde Carlito fez com que as botinas escarrapachadas e a clássica cartolinha dessem lugar à outras, as pessoas não viram graça: estavam desapontadas.</p> <p>(D) Não existe hoje no mundo todo, em quaisquer atividades artísticas, artistas cujas obras excedam à Charles Chaplin em universalidade.</p> <p>(E) Não sendo exagerado afirmar que todo o mundo colaborou nas salas de cinema para que se realizasse a personagem de Carlito, como o apresenta essas obras-primas extraordinárias que são <i>O garoto</i>, <i>Em busca do ouro</i> e <i>O circo</i>.</p>
<p>5. <i>... toda a humanidade viva <u>colaborou</u> nas salas de cinema para a realização da personagem de Carlito...</i></p> <p>O verbo empregado com o mesmo tipo de complemento do verbo grifado acima está em:</p> <p>(A) <i>Carlito é popular no sentido mais alto da palavra.</i></p> <p>(B) <i>... mas ao contrário ganhou maior força de emoção e de poesia.</i></p> <p>(C) <i>... ela destruía a unidade física do tipo.</i></p> <p>(D) <i>... artistas medíocres que condescendem com o fácil gosto do público.</i></p> <p>(E) <i>A sua originalidade extremou-se.</i></p>	<p>9. Atente para as afirmações sobre pontuação feitas abaixo a partir de segmentos transcritos do texto.</p> <p>I. <i>... seria levado por esse processo de criação à vulgaridade dos artistas medíocres que condescendem com o fácil gosto do público.</i></p> <p>Uma vírgula poderia ser colocada imediatamente depois de <i>medíocres</i>, sem alteração do sentido da frase.</p> <p>II. <i>O vestuário da personagem – fraquezinho humorístico, calças lambazonas, botinas escarrapachadas, cartolinha – também se fixou pelo consenso do público.</i></p> <p>Os travessões poderiam ser substituídos por parênteses, sem prejuízo para a clareza e a correção.</p> <p>III. <i>Chaplin certa vez lembrou-se de arremedar a marcha desgovernada de um tabético.</i></p> <p>A colocação de vírgulas para isolar o segmento <i>certa vez</i> implicaria prejuízo para a clareza e a correção.</p> <p>Está correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) I e III.</p> <p>(B) II.</p> <p>(C) I.</p> <p>(D) I e II.</p> <p>(E) III.</p>
<p>6. <i>... ela <u>destruía</u> a unidade física do tipo.</i></p> <p>O verbo empregado nos mesmos tempo e modo que o verbo grifado acima está em:</p> <p>(A) <i>... toda a humanidade viva colaborou nas salas de cinema para a realização da personagem de Carlito...</i></p> <p>(B) <i>Como se diz em linguagem matemática...</i></p> <p>(C) <i>Isto por si só atestaria em Chaplin um extraordinário discernimento psicológico.</i></p> <p>(D) <i>... um artista cuja arte contenha maior universalidade que a de Charles Chaplin.</i></p> <p>(E) <i>Chaplin observava sobre o público o efeito de cada detalhe.</i></p>	<p>10. <i>Não obstante, se não houvesse nele profundidade de pensamento, lirismo, ternura, seria levado por esse processo de criação à vulgaridade dos artistas medíocres que condescendem com o fácil gosto do público.</i></p> <p>Na frase acima, a oração subordinada grifada tem valor</p> <p>(A) condicional.</p> <p>(B) conformativo.</p> <p>(C) adversativo.</p> <p>(D) concessivo.</p> <p>(E) explicativo.</p>
<p>7. A substituição do elemento grifado pelo pronome correspondente foi realizada de modo INCORRETO em:</p> <p>(A) <i>pôs em evidência <u>o fator comum</u> = pô-lo em evidência</i></p> <p>(B) <i>eliminou imediatamente <u>a variante</u> = eliminou-na imediatamente</i></p> <p>(C) <i>arremedar <u>a marcha desgovernada de um tabético</u> = arremedá-la</i></p> <p>(D) <i>trocou por outras <u>as botinas escarrapachadas</u> = trocou-as por outras</i></p> <p>(E) <i>ela destruía <u>a unidade física do tipo</u> = ela a destruía</i></p>	

G1 – Matemática Financeira/Estatística/Raciocínio Lógico

Atenção: As questões de números 11 a 13 referem-se a Matemática Financeira.

11. Uma pessoa tomou emprestada a quantia de R\$ 5.000,00, combinando devolvê-la ao fim de 4 meses, acrescida de seus juros compostos, à taxa de 3% ao mês. Ao completar 3 meses da data do empréstimo, propõe ao credor liquidar a dívida por meio de dois pagamentos iguais, de P reais cada, um a vencer imediatamente e o outro daí a 3 meses. Se, na nova transação, vão utilizar o critério do desconto composto racional, mantendo a taxa de 3% ao mês, o valor de P será igual ao produto de 5000 por

- (A) $\frac{1 + (1,03)^2}{(1,03)^3}$
- (B) $\frac{1 + (1,03)^3}{(1,03)^6}$
- (C) $\frac{(1,03)^6}{1 + (1,03)^3}$
- (D) $\frac{(1,03)^3}{2,03}$
- (E) $\frac{(1,03)^6}{1 + (1,03)^2}$

12. No quadro abaixo tem-se o plano de amortização de uma dívida de R\$ 4.800,00, pelo Sistema Francês, com taxa de 4% ao mês. Ela vai ser paga em 7 parcelas mensais consecutivas, vencendo a primeira delas ao completar um mês da data do empréstimo.

Data	Valor da prestação	Valor da cota de juros	Valor da cota de amortização	Saldo devedor
0				4.800,00
1	799,72	W	607,72	4.192,28
2	799,72	167,69	632,03	X
3	799,72	142,41	657,31	2.902,94
4	799,72	Y	Z	2.219,34
5	799,72	88,77	710,95	1.508,39
6	799,72	60,34	739,38	769,02
7	799,72	30,76	768,96	0,06

Na tabela, o saldo devedor não ficou zerado porque os cálculos foram feitos com valores aproximados, usando-se somente duas casas decimais. Nestas condições, é verdade que $W + X + Z$ é igual a

- (A) R\$ 4.102,75
- (B) R\$ 4.435,85
- (C) R\$ 4.042,25
- (D) R\$ 4.324,95
- (E) R\$ 4.294,85

13. Um título de valor nominal R\$ 1.196,00 vai ser descontado 20 dias antes do vencimento, à taxa mensal de desconto simples de 6%. O módulo da diferença entre os dois descontos possíveis, o racional e o comercial, é de

- (A) R\$ 12,08
- (B) R\$ 18,40
- (C) R\$ 0,96
- (D) R\$ 1,28
- (E) R\$ 1,84



Atenção: As questões de números 14 a 16 referem-se a Estatística.

14. Seja X uma variável aleatória com distribuição binomial, tendo parâmetros $n = 9$ (n representando o número de ensaios) e p desconhecido (p representando a probabilidade de sucesso em cada ensaio). Desejando-se testar a hipótese nula $H_0: p = 0,5$ versus a hipótese alternativa $H_1: p > 0,5$, considerou-se rejeitar H_0 se X for superior a 6. Nessas condições, o nível de significância do teste é igual a
- (A) $37/256$.
 (B) $5/256$.
 (C) $23/256$.
 (D) $45/256$.
 (E) $25/256$.

Instruções: Para resolver às questões de números 15 e 16 considere as informações a seguir:

Se Z tem distribuição normal padrão, então:

$$P(Z < 1,64) = 0,950; P(Z < 2,05) = 0,98; P(Z < 2,24) = 0,987; P(Z < 2,40) = 0,992.$$

15. Com o objetivo de se estimar a renda média mensal, μ , em número de salários mínimos (SM) dos servidores públicos com nível de formação superior (bacharéis) de determinada população, selecionou-se uma amostra aleatória de 100 servidores bacharéis. Os resultados obtidos encontram-se na tabela de distribuição de frequências apresentada a seguir:

Classes de renda em número de SM	Frequência Absoluta
5 — 7	14
7 — 9	26
9 — 11	40
11 — 15	20

Considere:

- I. Que a população de onde a amostra foi retirada é infinita e tem distribuição normal com desvio padrão igual a 1,6 SM.
 II. Para a estimativa pontual de μ a média aritmética dos 100 rendimentos apresentados, foi calculada considerando que todos os valores incluídos num intervalo de classe são coincidentes com o ponto médio do intervalo.

Nessas condições, o intervalo de confiança para μ com coeficiente de confiança igual a 96%, baseado nessa amostra, é dado por

- (A) (9,206; 9,834)
 (B) (9,192; 9,848)
 (C) (9,072; 9,728)
 (D) (9,315; 9,725)
 (E) (9,180; 9,720)
16. Suponha que o número de pedidos de empréstimos que um banco recebe por dia seja uma variável com distribuição de Poisson com média de λ pedidos por dia. Sabe-se que o parâmetro λ satisfaz à equação $P(X < \lambda) = 0,008$, onde X é uma variável aleatória que tem distribuição normal com média 15 e variância 25. Nessas condições, a probabilidade de o banco receber, em um dia qualquer, exatamente 4 pedidos de empréstimo
- (A) está compreendida entre 20% (inclusive) e 22% (exclusive).
 (B) é maior do que 25%.
 (C) é menor do que 16%.
 (D) está compreendida entre 16% (inclusive) e 18% (exclusive).
 (E) está compreendida entre 18% (inclusive) e 20% (exclusive).

$$\text{Dados: } e^{-3} = 0,05; e^{-4} = 0,018$$



Atenção: As questões de números 17 a 20 referem-se a Raciocínio Lógico.

17. Em determinado setor de um hospital, há apenas três médicos: Lígia, Marina e Roberto. Todos os dias, inclusive domingos e feriados, um único dentre os três deve estar de plantão. Para os meses de novembro, que tem 30 dias, e dezembro, que tem 31 dias, a escala foi feita de modo que o mesmo médico nunca estivesse de plantão em dois dias consecutivos. Os totais de dias em que Lígia, Marina e Roberto darão plantão nesse período são, respectivamente, 31, 18 e 12. Com apenas essas informações, é correto concluir que, necessariamente,
- (A) Marina não poderá ficar 7 dias consecutivos sem dar plantão nesse período.
 - (B) se Lígia der plantão no dia 31 de dezembro, então poderá estar de folga no dia 25 do mesmo mês.
 - (C) se Lígia estiver de plantão no dia 1 de novembro, então Marina estará no dia 31 de dezembro.
 - (D) não haverá 3 dias consecutivos nesse período em que o plantão será dado por 3 médicos diferentes.
 - (E) haverá pelo menos 5 dias consecutivos nesse período nos quais Roberto ficará sem dar plantão.

18. Considere os quatro primeiros elementos de uma sequência de figuras formadas pela união de carinhas felizes e tristes, como mostrado a seguir:

Posição na sequência	1	2	3	4
Figura				
Número de carinhas tristes	1	3	6	10
Número de carinhas felizes	3	6	10	15
Número total de carinhas	4	9	16	25

Sabendo que o padrão observado nos quatro primeiros elementos mantém-se para os demais elementos da sequência, é correto concluir que a figura localizada na 999ª posição apresentará um total de carinhas tristes igual a

- (A) 500 250
- (B) 500 000
- (C) 499 500
- (D) 500 750
- (E) 501 000

19. Um concurso público disponibilizará sete vagas para o cargo de auditor, distribuídas entre quatro cidades conforme descrito na tabela, a seguir:

Cidade	Número de vagas disponíveis
Recife	3
Caruaru	2
Petrolina	1
Salgueiro	1

Depois que os sete aprovados forem definidos, o número de diferentes maneiras que eles poderão ser distribuídos entre as quatro cidades é igual a

- (A) 420
- (B) 5040
- (C) 35
- (D) 56
- (E) 210

20. Um novo edifício será construído para abrigar a sede de uma secretaria estadual. Um dos responsáveis pela obra planejou que, na fase de terraplenagem do terreno, serão necessários 10 caminhões basculantes, de mesma capacidade, para transportar a terra retirada do local, cada um deles fazendo 22 viagens. Entretanto, durante a execução da obra, ele só conseguiu 4 desses caminhões, além de 3 caminhões pequenos, com metade da capacidade dos basculantes. De acordo com o planejamento inicial e considerando que os 7 caminhões disponíveis façam o mesmo número de viagens, cada caminhão deverá fazer, nas novas condições, um total de

- (A) 33 viagens.
- (B) 31 viagens.
- (C) 44 viagens.
- (D) 40 viagens.
- (E) 36 viagens.



Direito Constitucional

21. A representação interventiva, prevista na Constituição Federal,

- I. é ação direta proposta perante o Supremo Tribunal Federal, ensejando um controle concreto de constitucionalidade.
- II. tem como parâmetro de controle os princípios constitucionais sensíveis.
- III. acarreta, a partir de seu provimento pela autoridade judicial competente, a intervenção no Estado-membro.
- IV. tem como legitimados ativos o Procurador-Geral da República e o Advogado-Geral da União e, como legitimado passivo, o Estado-membro.

Está correto o que consta APENAS em

- (A) II e III.
- (B) II e IV.
- (C) I e IV.
- (D) I e II.
- (E) III e IV.

22. Sobre os legitimados para propositura de ação direta de inconstitucionalidade, é correto afirmar:

- (A) Os partidos políticos, ainda que apresentem representação no Congresso Nacional quando do ajuizamento da ação direta de inconstitucionalidade, devem manter tal representação ao longo de toda a tramitação do feito, sob pena de extinção do processo sem apreciação do mérito.
- (B) As mesas do Senado Federal e de Câmara dos Deputados, sendo tais casas responsáveis pela elaboração das leis federais, não as podem impugnar em ação direta de inconstitucionalidade.
- (C) As associações de classe de âmbito nacional são compreendidas como aquelas que se dedicam, estatutariamente, à defesa dos interesses de uma categoria econômica em todo o território nacional, tendo representação, pelo menos, em nove Estados da federação.
- (D) Os governadores de Estado têm sua legitimidade ativa restringida pela pertinência temática, uma vez que somente lhes é permitida a impugnação de leis estaduais questionadas frente à Constituição Federal.
- (E) As associações de associações não se enquadram no conceito de associação de classe de âmbito nacional para fins de propositura de ação direta de inconstitucionalidade.

23. "Visto que as leis desapareceram e que vamos redigir outras completamente novas, desde os alicerces até o telhado, nelas não reconhecemos à monarquia as prerrogativas de que até agora gozou ao amparo das leis destruídas; mais ainda, não respeitaremos prerrogativas nem atribuições de espécie alguma. Enfim, não queremos a monarquia.

O monarca responderia assim: podem estar destruídas as leis, porém a realidade é que o exército subsiste e me obedece, acatando minhas ordens; a realidade é que os comandantes dos arsenais e quartéis põem na rua os canhões e as baionetas quando eu ordenar. Assim, apoiado neste poder real, efetivo, das baionetas e dos canhões, não tolero que venham me impor posições e prerrogativas em desacordo comigo.

Como podeis ver, um rei a quem obedecem o exército e os canhões é uma parte da Constituição".

O trecho acima, retirado de uma obra clássica do direito constitucional, expressa um conceito

- (A) econômico de Constituição.
- (B) processual de Constituição.
- (C) normativo de Constituição.
- (D) decisionista de Constituição.
- (E) sociológico de Constituição.

24. A República Federativa do Brasil rege-se, nas suas relações internacionais, pelos seguintes princípios:

- (A) concessão de refúgio e asilo político.
- (B) observância das decisões dos organismos internacionais e defesa da paz.
- (C) repúdio ao terrorismo, ao racismo e à discriminação de gênero.
- (D) cooperação entre os povos para o progresso da humanidade e autodeterminação dos povos.
- (E) solução pacífica dos conflitos e respeito à neutralidade.

25. Considere os direitos fundamentais a seguir enunciados:

- I. direito à felicidade.
- II. direito à assistência aos desamparados.
- III. direito à inclusão das pessoas portadoras de deficiência na comunidade.
- IV. direito à proteção em face da automação.
- V. direito à proteção do patrimônio genético.

São explícita e expressamente previstos no ordenamento constitucional brasileiro APENAS os direitos fundamentais mencionados em

- (A) I e II.
- (B) III, IV e V.
- (C) II, III e IV.
- (D) I, IV e V.
- (E) I, III e V.



26. Em relação à aquisição secundária da nacionalidade brasileira, é correto afirmar:
- (A) A naturalização é garantida aos portugueses com residência permanente no país, desde que haja reciprocidade de tratamento em favor dos brasileiros em Portugal.
 - (B) A naturalização dos estrangeiros oriundos de países de língua portuguesa tem como requisito apenas a residência no Brasil por um ano ininterrupto e a idoneidade moral.
 - (C) Segundo a Constituição, a naturalização ordinária de nacionais de países não lusófonos deve ter seus requisitos definidos em lei, cujo preenchimento pelo solicitante gera direito subjetivo público à nacionalidade brasileira.
 - (D) A naturalização extraordinária, que beneficia qualquer estrangeiro que resida no Brasil há mais de quinze anos ininterruptos e sem condenação penal, depende de requerimento, cuja resposta, em caso positivo, tem efeitos constitutivos.
 - (E) O brasileiro naturalizado poderá ter cancelada sua naturalização em processo administrativo em que lhe seja garantida a ampla defesa ou por sentença judicial, no caso de estar envolvido em atividade nociva ao interesse nacional.
27. A Câmara Legislativa do Distrito Federal aprovou lei, em 30 de dezembro de 2013, majorando as alíquotas do imposto predial e territorial urbano em 0,5%. Enviado o projeto aprovado para análise do Governador do Distrito Federal na mesma data, foi seu texto sancionado em 10 de janeiro de 2014, seguindo-se promulgação e publicação. Em março de 2014, a Secretaria de Estado da Fazenda do DF iniciou a cobrança do IPTU com base na lei em questão. Considerando que a Lei Orgânica do Distrito Federal reproduz os princípios de processo legislativo e de garantias tributárias constantes da Constituição Federal, é juridicamente viável, no caso, ajuizamento,
- I. por partido político com representação no Congresso Nacional, de ação direta de inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal.
 - II. pelo contribuinte, de ação ordinária, discutindo a constitucionalidade da cobrança, com a alíquota majorada, que lhe foi feita a partir de março.
 - III. pelo Procurador-Geral da Justiça do Distrito Federal e Territórios, de ação direta de inconstitucionalidade perante o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, por violação à Lei Orgânica do Distrito Federal.
 - IV. pelo Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, de ação civil pública questionando a cobrança do tributo com a majoração definida na lei.
- Está correto o que consta APENAS em
- (A) II e III.
 - (B) II e IV.
 - (C) I e IV.
 - (D) I e II.
 - (E) III e IV.
28. Sobre o regime constitucional dos servidores públicos civis, é correto afirmar:
- (A) O servidor público que tiver seu cargo extinto será reconduzido, se estável, ao cargo de origem ou será colocado em disponibilidade, até seu adequado aproveitamento em outro cargo.
 - (B) O servidor inativo que tenha reingressado no serviço público, por concurso, até 16 de dezembro de 1998, pode perceber, simultaneamente, os proventos de aposentadoria e a remuneração do novo cargo, independentemente de serem tais cargos – anterior e atual – acumuláveis na atividade.
 - (C) O servidor público estadual investido no mandato de prefeito municipal deve se afastar de suas funções, bem como deve passar a perceber o subsídio do mandato eletivo.
 - (D) Aos servidores públicos são aplicáveis, entre outras garantias asseguradas aos trabalhadores urbanos e rurais na Constituição, a proteção do mercado de trabalho da mulher; a redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança; e o adicional de remuneração para as atividades penosas, insalubres ou perigosas.
 - (E) O servidor público afastado para o exercício de cargo eletivo terá seu tempo de mandato contado para todos os efeitos legais.
29. Em relação ao tratamento dado pela Constituição do Estado de Pernambuco ao Poder Legislativo, considere:
- I. O processo legislativo de emendas à Constituição do Estado pode ser desencadeado por iniciativa popular.
 - II. Não serão objeto de deliberação propostas de emenda à Constituição estadual tendentes a modificar o próprio processo legislativo de emenda à Constituição.
 - III. O Governador do Estado e o Presidente do Tribunal de Justiça, sempre que manifestarem o propósito de expor assunto de interesse público, deverão ser recebidos na Assembleia Legislativa.
 - IV. São objeto de lei complementar as normas relacionadas com a organização judiciária, entidades descentralizadas e regiões metropolitanas.
 - V. A sede da Assembleia Legislativa é no Recife, mas pode ser alterada, por tempo determinado, por votação de dois terços dos parlamentares estaduais.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) I e II.
 - (B) III, IV e V.
 - (C) II, III e IV.
 - (D) I, IV e V.
 - (E) I, III e V.
30. O art. 178 da Constituição Política do Império do Brasil tinha o seguinte teor: “é só Constitucional o que diz respeito aos limites, e atribuições respectivas dos Poderes Políticos, e aos Direitos Políticos, e individuais dos cidadãos. Tudo, o que não é Constitucional, pode ser alterado sem as formalidades referidas, pelas Legislaturas ordinárias”. Levando em consideração apenas o disposto nesse artigo, é correto afirmar que a primeira Constituição brasileira era uma constituição
- (A) semirrígida.
 - (B) nominal.
 - (C) semântica.
 - (D) histórica.
 - (E) analítica.

**Direito Administrativo**

31. Determinado órgão da Administração pública estadual promoveu licitação para a contratação de serviços de engenharia. Com a homologação do resultado do certame e adjudicação do objeto ao vencedor, a Administração submeteu à empresa vencedora a uma minuta de contrato com alterações, com fundamento na necessidade de internalização de algumas condições e atualizações financeiras, não constantes da minuta que integrou o edital. À empresa vencedora cabe
- (A) questionar as alterações propostas à minuta original que integrou o edital, tendo em vista que, em face da natureza contratual, a prerrogativa de alteração unilateral da Administração pública fica afastada diante da autonomia entre as partes.
- (B) questionar as alterações propostas pela Administração, na medida em que o princípio da vinculação ao instrumento convocatório exige que as condições do contrato respeitem o que foi licitado, cabendo a subscrição do contrato nos termos da minuta que integrou o edital.
- (C) acatar as alterações da Administração, uma vez que se submeteu à licitação para subscrição de contrato de adesão, de modo que a minuta que integrou o edital era referencial.
- (D) acatar as alterações da Administração, na medida em que a prerrogativa da mutabilidade dos contratos administrativos permite que sempre sejam feitas alterações e atualizações na avença, cuja minuta original era apenas referencial.
- (E) acatar as alterações propostas pela Administração, pois, ainda que se trate de contrato administrativo, é regido pela autonomia contratual das partes no que concerne ao estabelecimento das condições de execução da avença.
32. Em uma licitação para a contratação de obras de construção de um hospital, compareceram 03 (três) participantes, dois consórcios de empresas e uma construtora. Durante a fase de habilitação, os três concorrentes foram habilitados. Um deles, no entanto, impugnou a decisão da comissão de licitação, aduzindo que um licitante não preencheria integralmente os requisitos de habilitação técnica. O requerimento
- (A) poderá ser acatado, na medida em que a decisão de habilitação de um concorrente, no caso de ser indevida, afeta a isonomia e prejudica os demais licitantes, que podem questioná-la.
- (B) será conhecido se apresentado em conjunto com o outro concorrente prejudicado, não cabendo questionamentos individuais, salvo se referentes a aspectos que lhes sejam diretamente pertinentes.
- (C) não pode ser conhecido, tendo em vista que aos licitantes cabe discutir, impugnando ou recorrendo, as decisões que lhes afetarem diretamente, não sendo permitido discutir aspectos pertinentes aos demais licitantes.
- (D) não pode ser conhecido, por ausência de interesse, na medida em que o requerente foi devidamente habilitado para a licitação, não experimentando qualquer prejuízo.
- (E) somente será analisado se o concorrente impugnado sagrar-se vencedor do certame, ficando sobrestado até a fase de julgamento.
33. A Lei Anticorrupção constitui ferramenta normativa que se presta à tutela, dentre outras finalidades, do patrimônio público. Sua aplicação
- (A) destina-se a pessoas jurídicas em geral e agentes públicos, preterindo a aplicação da lei de improbidade naquilo que tiver disciplinado de forma mais rigorosa.
- (B) distingue-se da lei de improbidade, na medida em que a extinção ou alteração societária afasta a responsabilização da empresa.
- (C) leva em consideração aspectos individuais da infração para a aplicação de sanções, tais como o grau de lesão e sua gravidade e a vantagem auferida, dentre outros.
- (D) destina-se a pessoas jurídicas que atuem dolosamente, afastando-se a possibilidade de condenação diante de conduta culposa de seus dirigentes.
- (E) processa-se exclusivamente diante do Poder Judiciário, por meio de ação própria, observado o contraditório e a ampla defesa.
34. O controle dos atos administrativos exercido pelo Poder Legislativo, com auxílio do Tribunal de Contas, considerando o disposto na Constituição Federal,
- (A) tem por finalidade a análise de legalidade dos atos administrativos, não incluindo análise de mérito ou controle político, vez que estes são restritos aos órgãos de controle da Administração pública da esfera do Executivo.
- (B) é executado sem prejuízo dos controles exercidos pelo Executivo e pelo Judiciário, possuindo alcance próprio, inclusive atingindo alguns aspectos do mérito do ato administrativo, e admitindo a participação dos administrados.
- (C) pretere aquele realizado internamente pelos órgãos da Administração pública, porque lhe é hierarquicamente superior.
- (D) admite o recebimento e a análise de recurso interposto no âmbito do Executivo, após manutenção de decisão pela autoridade máxima do órgão.
- (E) deve ser desempenhado em todas as fases da edição dos atos administrativos pela Administração pública, caracterizando-se como expressão do poder de autotutela que acompanha sua atuação.
35. A propósito das semelhanças e distinções entre as agências executivas e as agências reguladoras, é correto destacar que
- (A) as agências reguladoras devem exercer funções atinentes a um determinado setor indicado por ocasião de sua instituição, para o qual devem apresentar especialização técnica.
- (B) as agências executivas são dotadas de discricionariedade técnica e poder normativo referente a um determinado setor de mercado constante de contrato de gestão firmado com a Administração pública.
- (C) ambas são criadas por meio de lei editada para essa específica finalidade, constituindo, portanto, nova categoria de ente integrante da Administração indireta.
- (D) as agências reguladoras podem celebrar contrato de gestão com a Administração pública de modo a aumentar sua autonomia gerencial, negocial e contratual, afastando a incidência da lei de licitações nos casos afetos a sua finalidade institucional.
- (E) as agências executivas podem qualificar qualquer órgão da Administração pública, buscando, com fundamento no princípio da especialidade, editar normas primárias para disciplinar determinado setor de mercado.



36. A Secretaria de Saúde de Pernambuco promoveu concurso público para a contratação de técnicos de enfermagem, cargo técnico de nível médio, para classificação nas unidades de saúde do território estadual. Como requisitos de habilitação, exigiu a comprovação de terceiro grau completo, bem como de diploma de conclusão de curso técnico de enfermagem com experiência na área pública e de curso técnico de informática. Motivou a exigência na necessidade de melhoria e incremento da qualidade dos serviços de saúde prestados pelo Estado, bem como pelo fato da gestão hospitalar pública ter sido informatizada. Do universo de habilitados para o concurso, mais de 90% (noventa por cento) ocupava cargos em comissão na Administração pública, em cujo âmbito tiveram custeado curso técnico de informática aplicado, estando desempenhando suas funções nas diversas unidades de saúde do Estado. De acordo com a Lei nº 6.123/1968, bem como considerando o exposto, conclui-se pela
- (A) ilegalidade, tendo em vista que essa distinção entre os participantes somente seria possível para provimento de cargo de grau superior, em razão da relevância e maior responsabilidade das atribuições.
- (B) ilegalidade, tendo em vista que não se poderia ter exigido terceiro grau completo para nível médio, sendo válidos os demais requisitos.
- (C) ilegalidade dos requisitos de habilitação, tendo em vista que não se encontra correlação entre as atribuições do cargo e as exigências de habilitação profissional constantes do edital, uma vez que a informatização da rede gestão hospitalar não é suficiente para exigir a cumulação dos cursos de informática e de técnico em enfermagem.
- (D) legalidade do certame, tendo em vista que a *expertise* e o bom desempenho dos comissionados justifica a exigência de curso técnico de informática, privilegiando-se o princípio da eficiência.
- (E) legalidade e pela moralidade do concurso, tendo em vista que possibilitará a extinção de cargos em comissão, passando seus ocupantes para cargo efetivo.
37. As concessões administrativas e as concessões patrocinadas são modalidades de parcerias público-privadas, mas
- (A) se prestam também à execução de obras públicas, podendo ser firmadas para essa exclusiva finalidade.
- (B) o poder público mantém as prerrogativas que regem os contratos administrativos em geral, podendo, por razões de interesse público, retirar, no decorrer da execução contratual, as garantias prestadas por ocasião da celebração da avença.
- (C) não afastam outras formas de outorga de serviço público ou de contratação pela Administração pública, apenas possibilitando que a remuneração do privado seja integralmente suportada pela tarifa.
- (D) devem ser licitadas por meio da Lei nº 8.666/1993, a cujas normas e princípios submetem-se integralmente.
- (E) não afastam outras formas de prestação de serviços, tendo como um dos diferenciais a previsão de penalidades aplicáveis à Administração, em caso de inadimplemento contratual.
38. Considere o trecho do acórdão do Superior Tribunal de Justiça e as assertivas a seguir:
- “Quanto ao mérito, nos termos da jurisprudência do STJ, a responsabilidade civil do Estado para condutas omissivas é subjetiva, sendo necessário, dessa forma, comprovar negligência na atuação estatal, o dano e o nexo causal entre ambos.
- (...)
- Com se vê, da análise das razões do acórdão recorrido, observa-se que este delineou a controvérsia dentro do universo fático-probatório. Caso em que não há como aferir eventual inexistência de nexo de causalidade sem que se abram as provas ao reexame.”(Min. Rel. Humberto Martins; AgR no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL nº 501.507 – RJ; j. 27.05.2014)
- I. Embora a Constituição Federal tenha estabelecido a modalidade objetiva de responsabilidade para o Estado tanto para atos omissivos, quanto para atos comissivos, a jurisprudência mitigou esse rigor, passando-a a subjetiva em ambas as hipóteses.
- II. O Superior Tribunal de Justiça admite a modalidade subjetiva de responsabilidade para o Estado nos casos de omissão, o que não afasta a necessidade de demonstração do nexo de causalidade.
- III. Para a comprovação da responsabilidade objetiva não é necessária a demonstração de nexo de causalidade e de culpa do agente público, enquanto que na responsabilidade subjetiva, esses requisitos são indispensáveis.
- De acordo com o exposto, está correto o que se afirma em
- (A) III, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I, II e III.
- (D) II, apenas.
- (E) I e III, apenas.
39. De acordo com o disposto na Lei Complementar nº 107/2008, a propósito das atribuições e responsabilidades do Auditor Fiscal da Receita Estadual de Pernambuco tem-se que esses servidores exercem
- (A) poder normativo, na medida em que lhes cabe disciplinar direitos e obrigações dos administrados.
- (B) poder hierárquico e poder disciplinar, não lhes cabendo, contudo, a prática de medidas de polícia administrativa.
- (C) poder de polícia em nome da Administração Estadual, nos limites da lei, atuando somente de forma repressiva, ou seja, diante da prática de infração pelo administrado.
- (D) medidas de polícia administrativa, nos termos e limites que lhes autorize a lei, atuando tanto preventivamente, como por ocasião das fiscalizações, quanto repressivamente, quando exercem atribuição de controle de débitos fiscais.
- (E) as atribuições taxativamente descritas na lei, sendo-lhes vedado o exercício de medidas de polícia, estas que são de competência exclusiva da Administração centralizada.



40. De acordo com as lições de Maria Sylvia Zanella di Pietro, o ato administrativo pode ser conceituado como “a declaração do Estado ou de quem o represente, que produz efeitos jurídicos imediatos, com observância da lei, sob regime jurídico de direito público e sujeita a controle pelo Poder Judiciário.” (Direito Administrativo, São Paulo: Atlas, 25. ed. p. 203)

Partindo das premissas apresentadas pela autora, excluem-se do conceito de ato administrativo

- (A) as certidões emitidas pela Administração, em razão do conteúdo normativo.
- (B) os atos materiais de execução, como a efetivação da demolição de uma construção inservível.
- (C) as decisões sobre pedidos de reconsideração, pois não têm efeitos jurídicos em razão da existência de decisão anterior com natureza de ato jurídico.
- (D) os alvarás, tendo em vista que não produzem efeitos jurídicos.
- (E) as licenças, tendo em vista que não produzem efeitos jurídicos.

G2 – Direito Empresarial/ Penal/Civil

Atenção: As questões de números 41 a 44 referem-se a Direito Empresarial.

41. Em relação aos títulos de crédito, considere:

- I. A pessoa que, sem ter poderes, ou excedendo os que tem, lança a sua assinatura em título de crédito, como mandatário ou representante de outrem, obriga pessoalmente o alegado mandante, o qual, nada obstante, terá contra quem agiu irregularmente o devido direito de regresso.
- II. É válida a cláusula que autoriza o credor a emitir letra de câmbio com plena eficácia, independentemente de aceite por parte do devedor, bem como a cláusula em que o devedor autoriza o credor a sacar, para cobrança, letra de câmbio representativa de quantias em atraso.
- III. A cambial emitida ou aceita com omissões, ou em branco, pode ser completada pelo credor de boa-fé antes da cobrança ou do protesto.
- IV. O sacado poderá deixar de aceitar a duplicata de prestação de serviços pela não correspondência com os serviços efetivamente contratados, por vícios ou defeitos na qualidade dos serviços prestados, devidamente comprovados, bem como por divergências nos prazos ou nos preços ajustados.
- V. A nota promissória pode ser passada à vista, a dia certo ou a tempo certo da data; a época de seu pagamento deve ser precisa e única para toda a soma devida.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) II, IV e V.
- (B) I, II e V.
- (C) III, IV e V.
- (D) III e IV.
- (E) I, II e III.

42. Em relação à caracterização do estado falencial, será decretada a falência do devedor que:

- I. sem relevante razão de direito, não paga, no vencimento, obrigação líquida materializada em título ou títulos executivos protestados cuja soma ultrapasse o equivalente a 60 (sessenta) salários mínimos na data do pedido de falência.
- II. executado por qualquer quantia líquida, não paga, não deposita e não nomeia à penhora bens suficientes dentro do prazo legal.
- III. entre outros atos, procede à liquidação precipitada de seus ativos ou lança mão de meio ruinoso ou fraudulento para realizar pagamentos, exceto se fizer parte de plano de recuperação judicial.
- IV. simula a transferência de seu principal estabelecimento com o objetivo de burlar a legislação ou a fiscalização ou para prejudicar credor, nesse caso independentemente de integrar ou não plano de recuperação judicial.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e III.
- (B) III e IV.
- (C) II e III.
- (D) II e IV.
- (E) I e IV.

43. Em relação à administração da sociedade anônima, é INCORRETO afirmar:

- (A) O administrador eleito por grupo ou classe de acionistas tem, para com a companhia, os mesmos deveres que os demais, não podendo faltar a esses deveres, ainda que para defesa do interesse dos que o elegeram.
- (B) O administrador pode, sem autorização estatutária ou da assembleia geral, receber vantagens pessoais, diretas ou indiretas, em razão do exercício de seu cargo, desde que por parte de terceiros.
- (C) É defeso ao administrador praticar ato de liberalidade à custa da companhia.
- (D) O administrador deve servir com lealdade à companhia e manter reserva sobre os seus negócios, sendo-lhe defeso, entre outros atos, adquirir, para revender com lucro, bem ou direito que sabe necessário à companhia, ou que esta tenha a intenção de adquirir.
- (E) É defeso ao administrador a utilização de informação relevante ainda não divulgada para conhecimento do mercado, bem como valer-se da informação para obter, para si ou para outrem, vantagem mediante compra ou venda de valores mobiliários.

44. Quanto ao nome empresarial, é correto afirmar:

- (A) O nome de sócio que vier a falecer, for excluído ou se retirar, pode sempre ser conservado na firma social.
- (B) A inscrição do empresário, ou dos atos constitutivos das pessoas jurídicas, ou as respectivas averbações, no registro próprio, asseguram o uso privativo do nome exclusivamente nos limites do respectivo município.
- (C) O nome de empresário deve distinguir-se de qualquer outro já inscrito no mesmo registro; se o empresário tiver nome idêntico ao de outros já inscritos, deverá acrescentar designação que o distinga.
- (D) O nome empresarial pode ser objeto de alienação, pois tem conteúdo econômico.
- (E) O adquirente de estabelecimento, por ato entre vivos, é legalmente impedido de usar o nome do alienante, ainda que precedido do seu próprio, com a qualificação de sucessor.



Atenção: As questões de números 45 a 47 referem-se a Direito Penal.

45. Chilperico, auditor fiscal, exigiu para si dez mil reais de propina de uma contribuinte para não implicá-la em dada responsabilização tributária, usando aquele o dinheiro para uma viagem turística à Disneylândia. Acabou condenado à pena de 2 anos de reclusão e pagamento de 10 dias-multa pelo crime de concussão (Código Penal, art. 316, *caput*, pena mínima). Enquanto isso, seu irmão gêmeo Clotário, também auditor fiscal, exigiu indevidamente um pagamento de mil reais de ICMS de outro contribuinte, acabando Clotário condenado por excesso de exação e suportando a pena final de 3 anos de reclusão e pagamento de 10 dias-multa (Código Penal, art. 316, parágrafo 1º, pena mínima). Aregunda, mãe dos gêmeos, ficou perplexa. Fosse ela uma jurista, e apenas com esses dados, em princípio, sua irresignação teria fundamento teórico mais preciso em um importante postulado que estrutura toda a legislação das penas no direito brasileiro, qual seja a ideia de

- (A) pessoalidade.
- (B) dignidade humana.
- (C) legalidade.
- (D) proporcionalidade.
- (E) individualização.

46. Na lei penal brasileira, NÃO é causa extintiva da punibilidade

- (A) a retratação ou declaração da verdade, antes da sentença no processo em que ocorreu o ilícito, no falso testemunho ou falsa perícia.
- (B) a declaração, confissão e o pagamento espontâneos das contribuições, valores, importâncias e informações devidas à previdência social, na forma definida em lei ou regulamento, antes do início da ação fiscal, na apropriação indébita previdenciária.
- (C) a retratação cabal do querelado, antes da sentença, na calúnia e na difamação.
- (D) o perdão judicial, no peculato mediante erro de outrem.
- (E) a reparação integral do dano, no peculato culposo, quando precedente à sentença irreversível.

47. Rdegunda, auditora fiscal, utilizou um automóvel que lhe estava confiado pela Administração pública para levar sua filha para a escola e, na volta, para fazer compras domésticas no supermercado, restituindo em seguida o carro intacto e com o tanque de combustível completo. Na mais precisa terminologia técnica, com a posição doutrinária dominante é correto afirmar que houve

- (A) *furto* em tese penalmente punível.
- (B) *peculato de uso* penalmente impunível enquanto tal.
- (C) *furto de uso* impunível enquanto tal.
- (D) *peculato-furto* em tese penalmente punível.
- (E) *apropriação indébita* impunível enquanto tal.

Atenção: As questões de números 48 a 50 referem-se a Direito Civil.

48. Considere:

- I. O domicílio da pessoa natural é o lugar onde ela estabelece a sua residência com ânimo definitivo; se, porém, a pessoa natural tiver diversas residências, onde alternadamente viva, considerar-se-á domicílio seu qualquer delas.
- II. É também domicílio da pessoa natural, quanto às relações concernentes à profissão, o lugar onde esta é exercida; se a pessoa exercitar profissão em lugares diversos, cada um deles constituirá domicílio para as relações que lhe corresponderem.
- III. Ter-se-á por domicílio da pessoa natural, que não tenha residência habitual, o último lugar em que foi domiciliada.
- IV. Nos contratos escritos, somente as pessoas jurídicas contratantes poderão especificar domicílio onde se exercitem e cumpram os direitos e obrigações deles resultantes.
- V. Tem domicílio necessário o incapaz, o servidor público, o militar, o marítimo e o preso.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I, IV e V.
- (B) I, II e V.
- (C) III, IV e V.
- (D) I, III e IV.
- (E) II, III e V.

49. Em relação à transmissão de créditos, é correto afirmar:

- (A) O devedor não pode opor ao cessionário exceções de ordem pessoal, haja vista a transmissão obrigacional ocorrida.
- (B) Ocorrendo várias cessões do mesmo crédito, prevalece a que tenha sido realizada em primeiro lugar.
- (C) Como regra geral, o cedente responde pela solvência do devedor.
- (D) A cessão do crédito tem eficácia imediata em relação ao devedor, independentemente de notificação, mas não a cessão de débito.
- (E) Salvo disposição em contrário, na cessão de um crédito abrangem-se todos os seus acessórios.

50. Em relação à prescrição e à decadência, é correto afirmar:

- (A) A prescrição só poderá ser alegada, pela parte a quem aproveita, em primeiro grau de jurisdição, podendo a decadência, porém, ser alegada em qualquer grau de jurisdição.
- (B) O juiz deve conhecer de ofício da decadência, mas não da prescrição, que exige a iniciativa da parte.
- (C) A prescrição iniciada contra uma pessoa deixa de correr contra o seu sucessor, interrompendo-se.
- (D) Os prazos de prescrição podem ser alterados por acordo das partes, se disserem respeito a direitos patrimoniais.
- (E) Se a decadência for convencional, a parte a quem aproveita pode alegá-la em qualquer grau de jurisdição, mas o juiz não pode suprir a alegação.



G3 – Contabilidade Geral e de Custos

Atenção: As questões de números 51 a 55 referem-se a Contabilidade Geral.

51. A empresa Informática – Produtos e Serviços S.A. publicou os Balanços Patrimoniais em 31/12/2011 e 31/12/2012, e a Demonstração do Resultado para o ano 2012, os quais são apresentados a seguir:

Informática – Produtos e Serviços S.A.
Balanços Patrimoniais em 31/12/2011 e 31/12/2012 (valores em reais)

Ativo	31/12/11	31/12/12	Passivo	31/12/11	31/12/12
Ativo circulante	264.000	542.000	Passivo circulante	312.000	624.560
Caixa e Equivalentes de Caixa	20.000	94.000	Fornecedores	132.000	130.800
Clientes	112.000	192.000	Dividendos a Pagar	-	5.760
Estoques	132.000	196.000	Empréstimos	180.000	388.000
Contas a Receber	-	60.000	Contas a Pagar	-	100.000
Ativo não circulante	288.000	436.000	Patrimônio Líquido	240.000	353.440
Investimentos	28.000	72.000	Capital	200.000	300.000
Imobilizado			Reservas de Lucros	40.000	53.440
Máquinas e Equipamentos	168.000	364.000			
Terrenos	92.000	-			
Total do Ativo	552.000	978.000	Total do Passivo + PL	552.000	978.000

Informática – Produtos e Serviços S.A.
Demonstração do Resultado – Período: 01/01/2012 a 31/12/2012 (valores em reais)

Receitas de Vendas	816.000
(-) Custo das Mercadorias Vendidas	<u>(524.000)</u>
(=) Resultado com Mercadorias	292.000
(-) Despesas Operacionais	
• Depreciação	(24.000)
• Outras Despesas Operacionais	<u>(236.000)</u>
(+) Outras Receitas e Despesas	
• Resultado de Equivalência Patrimonial	<u>12.000</u>
(+) Resultado antes dos Efeitos Financeiros	44.000
(-) Despesas Financeiras	<u>(48.000)</u>
(=) Resultado após os Efeitos Financeiros	(4.000)
(=) Outras Receitas e Despesas não Recorrentes	
Lucro na Venda de Terrenos	<u>28.000</u>
(=) Resultado antes de Impostos e Participações	24.000
(-) Despesa com Imposto de Renda	<u>(4.800)</u>
(=) Resultado Líquido	19.200

Durante o ano de 2012, a empresa não vendeu investimentos nem máquinas e equipamentos, não liquidou os empréstimos e não pagou as despesas financeiras incorridas. O valor registrado em Contas a Receber se refere à venda dos Terrenos e o valor registrado em Contas a Pagar corresponde à compra de ativos imobilizados. O valor em reais correspondente ao Caixa das Atividades de Investimentos é

- (A) 148.000,00 (negativo).
- (B) 92.000,00 (negativo).
- (C) 196.000,00 (negativo).
- (D) 92.000,00 (positivo).
- (E) 44.000,00 (positivo).



52. A empresa Integral Holding S.A. adquiriu em 31/08/2012 uma participação societária na empresa Start-Up S.A. O Patrimônio Líquido contábil da empresa Start-Up S.A. era R\$ 150.000.000,00 e foram adquiridas 40% das suas ações pelo valor de R\$ 80.000.000,00, valor este correspondente ao percentual de participação sobre o valor justo líquido dos ativos e passivos adquiridos. Com este percentual adquirido, a empresa Integral Holding S.A. passou a deter o controle da empresa Start-Up S.A. e, no período entre a compra e o final de 2012, a empresa Start-Up S.A. apurou um lucro líquido de R\$ 30.000.000,00. Com relação ao investimento efetuado, nas demonstrações contábeis individuais da empresa Integral Holding S.A., deverão ser apresentados os seguintes valores na Demonstração do Resultado do ano de 2012 e no Balanço Patrimonial de 31/12/2012, em reais:

- (A) Resultado de Equivalência Patrimonial = 30.000.000,00 ; Investimentos = 110.000.000,00.
- (B) Resultado de Equivalência Patrimonial = 0 ; Investimentos = 60.000.000,00.
- (C) Resultado de Equivalência Patrimonial = 12.000.000,00 ; Investimentos = 72.000.000,00.
- (D) Resultado de Equivalência Patrimonial = 12.000.000,00 ; Investimentos = 92.000.000,00.
- (E) Resultado de Equivalência Patrimonial = 30.000.000,00 ; Dividendos a Receber = 30.000.000,00.

53. A empresa Comércio de Bebidas Gasosas S.A. mensura seus estoques pelo critério da Média Ponderada Móvel e faz o controle pelo Sistema de Inventário Permanente. Durante o ano de 2011 realizou, em ordem cronológica, as seguintes transações:

Data	Operação
02/03/2011	Compra de 500 unidades ao preço unitário de R\$ 50,00
06/04/2011	Venda de 200 unidades ao preço unitário de R\$ 70,00
08/04/2011	Pagamento de frete correspondente à venda do dia 06/04, no valor total de R\$ 300,00
21/07/2011	Compra de 100 unidades ao preço unitário de R\$ 49,00
22/07/2011	Pagamento de frete correspondente à compra do dia 21/07, no valor total de R\$ 300,00
21/08/2011	Compra de 100 unidades ao preço unitário de R\$ 48,00
20/09/2011	Compra de 500 unidades ao preço unitário de R\$ 46,00
25/09/2011	Venda de 600 unidades ao preço unitário de R\$ 72,00

Sabendo que a empresa Comercial de Bebidas Gasosas S.A. não apresentava estoque inicial, o valor do Custo das Mercadorias Vendidas apurado em 2011 foi, em reais,

- (A) 57.700,00
- (B) 57.900,00
- (C) 38.800,00
- (D) 39.300,00
- (E) 19.200,00

54. Em 31/12/2009, a empresa Equipamentos Pesados S.A. adquiriu uma máquina pelo valor de R\$ 800.000,00, para ser pago integralmente em 2012. Se a empresa tivesse adquirido o equipamento à vista o preço teria sido R\$ 650.000,00. A empresa tem como política utilizar suas máquinas por um período de 8 anos e o valor residual esperado para venda da máquina no final do prazo de utilização corresponde a 20% do valor à vista da máquina comprada. Em 30/06/2011, a empresa vendeu esta máquina por R\$ 500.000,00 à vista. Com base nestas informações, o resultado obtido na venda da máquina que será evidenciado na Demonstração de Resultados é

- (A) lucro de R\$ 77.500,00.
- (B) prejuízo de R\$ 52.500,00.
- (C) prejuízo de R\$ 150.000,00.
- (D) prejuízo de R\$ 300.000,00.
- (E) prejuízo de R\$ 28.125,00.



55. Uma empresa aplicou R\$ 120.000,00 em ativos financeiros, sendo R\$ 50.000,00 em títulos classificados como mantidos até o vencimento, e R\$ 70.000,00 em títulos classificados como disponíveis para venda futura. As aplicações foram efetuadas no dia 31/12/2012 e todos os títulos remuneraram a taxa de juros compostos de 10% ao ano. Em 31/12/2013, os valores justos de negociação dos dois títulos no mercado eram os seguintes:

Classificação dos títulos	Valor Justo em 31/12/2013 (R\$)
Mantido até o vencimento	52.000
Disponível para venda futura	80.000

Os valores em reais que deveriam ser apresentados no Balanço Patrimonial, em 31/12/2013, para os títulos que a empresa manterá até o vencimento e para os títulos disponíveis para venda, eram, respectivamente,

- (A) 52.000,00 e 77.000,00.
(B) 52.000,00 e 80.000,00.
(C) 55.000,00 e 80.000,00.
(D) 55.000,00 e 77.000,00.
(E) 55.000,00 e 70.000,00.

Atenção: As questões de números 56 a 60 referem-se a Contabilidade de Custos.

Instruções: Utilize as informações a seguir para responder às questões de números 56 e 57.

A Cia. Metais Pesados produz e vende um único produto. Para produzir integralmente 2.000 unidades desse produto incorreu nos seguintes gastos durante o mês de agosto de 2014:

Custos variáveis:

– Matéria-prima	R\$ 12,00/unidade
– Mão de obra direta	R\$ 6,00/unidade
Custos fixos indiretos:	R\$ 18.000,00
Custos fixos diretos:	R\$ 6.000,00
Despesas fixas:	R\$ 12.000,00
Despesas variáveis:	R\$ 3,00/unidade
Comissões de venda:	7% do preço de venda

O preço bruto unitário de venda é R\$ 200,00 e os impostos sobre a venda são de 20% sobre a receita bruta de vendas. A Cia. vendeu 1.200 unidades desse produto no mês de agosto.

56. Sabendo que a Cia. Metais Pesados utiliza o método de custeio por absorção, o custo unitário da produção do mês de agosto de 2014 foi, em reais,
- (A) 30,00
(B) 33,00
(C) 18,00
(D) 53,00
(E) 36,00
-
57. O ponto de equilíbrio contábil da Cia. Metais Pesados é, em quantidade,
- (A) 145
(B) 259
(C) 192
(D) 218
(E) 288



58. A Cia. Especializada S.A. produz os produtos, A, B e C utilizando um único departamento. Ao analisar o processo produtivo no mês de julho de 2014, a Cia. obteve as seguintes informações:

Produto	Matéria-prima	Mão de obra direta	Quantidade total produzida	Preço de venda	Horas de mão de obra direta
A	R\$ 100/unidade	R\$ 200/unidade	2.000	R\$ 1.500/unidade	2h/unidade
B	R\$ 200/unidade	R\$ 100/unidade	1.000	R\$ 1.300/unidade	1h/unidade
C	R\$ 300/unidade	R\$ 100/unidade	1.500	R\$ 2.000/unidade	2h/unidade

A Cia. Especializada S.A. utiliza o custeio por absorção e os custos indiretos totais, incorridos no mês de julho de 2014, foram de R\$ 2.800.000,00, os quais são alocados aos produtos em função da quantidade de horas da mão de obra direta utilizada no período. Sabendo que não havia estoques iniciais e finais de produtos em processo, os custos unitários de produção dos produtos A, B e C, no mês de julho de 2014, foram, respectivamente, em reais,

- (A) 100,00; 200,00; 300,00.
- (B) 860,00; 860,00; 960,00.
- (C) 300,00; 300,00; 400,00.
- (D) 922,00; 922,00; 1.022,00.
- (E) 1.000,00; 650,00; 1.100,00.

59. A Cia. Indústria & Comércio, ao analisar seus custos de produção do produto Docemar, obteve as seguintes informações:

Custo Alfa	Quantidade produzida	Custo unitário	Custo Total
	10.000 unidades	R\$ 10	R\$ 100.000
	15.000 unidades	R\$ 10	R\$ 150.000
	20.000 unidades	R\$ 10	R\$ 200.000

Custo Gama	Quantidade produzida	Custo unitário	Custo Total
	10.000 unidades	R\$ 6	R\$ 60.000
	15.000 unidades	R\$ 4	R\$ 60.000
	20.000 unidades	R\$ 3	R\$ 60.000

Com base nessas informações, é correto afirmar que os custos Alfa e Gama, em relação ao produto Docemar, são, respectivamente,

- (A) fixo e variável.
- (B) indireto e variável.
- (C) variável e variável.
- (D) variável e fixo.
- (E) fixo e fixo.

60. A empresa Faz Tudo S.A. produz os produtos X, Y e Z. As informações referentes a cada um dos três produtos são apresentadas na tabela a seguir:

Produtos	X	Y	Z
Preço de venda (por unidade)	R\$ 120	R\$ 110	R\$ 130
Custos variáveis (por unidade)	R\$ 27	R\$ 12	R\$ 36
Custos fixos (por unidade)	R\$ 9	R\$ 4	R\$ 12
Despesas variáveis (por unidade)	R\$ 12	R\$ 18	R\$ 15
Despesas fixas (por unidade)	R\$ 4	R\$ 6	R\$ 5

Os custos e despesas fixos são comuns aos três produtos, sendo os custos fixos alocados com base nos custos variáveis de cada produto e as despesas fixas alocadas com base nas despesas variáveis de cada produto. Supondo que o objetivo seja a maximização do lucro da empresa Faz Tudo S.A., a ordem em que os produtos devem ter sua venda incentivada é, respectivamente,

- (A) Y, X e Z.
- (B) X, Y e Z.
- (C) Y, Z e X.
- (D) Z, X e Y.
- (E) X, Z e Y.

**Tecnologia da Informação**

61. O Plano de Continuidade de Negócios (PCN) tem como principal objetivo apontar
- (A) as regras sobre o uso de senhas nos recursos computacionais, como tamanho mínimo e máximo, regra de formação e periodicidade de troca.
 - (B) as regras sobre a realização de cópias de segurança, como tipo de mídia utilizada, período de retenção e frequência de execução.
 - (C) quais são os processos críticos de TI que suportam o negócio da organização e os procedimentos necessários para evitar ou mitigar a indisponibilidade dos serviços de TI.
 - (D) as regras de uso dos recursos computacionais, os direitos e as responsabilidades de quem os utiliza e as situações que são consideradas abusivas.
 - (E) como são tratadas as informações pessoais, sejam elas de clientes, usuários ou funcionários.
-
62. A Política de Segurança da Informação (PSI) apresenta o conjunto de princípios que norteiam a gestão da segurança das informações corporativas. A PSI deve
- I. ser aprovada pela administração e divulgada para toda a organização.
 - II. classificar as informações de acordo com as prioridades da TI, devendo ser revisada mensalmente.
 - III. conter um escopo claramente definido e definir papéis e responsabilidades.
- Está correto o que se afirma em
- (A) II e III, apenas.
 - (B) I, II e III.
 - (C) III, apenas.
 - (D) I e III, apenas.
 - (E) I e II, apenas.
-
63. A certificação digital é uma forma de demonstrar e certificar a identidade do titular da assinatura digital. É correto afirmar que
- (A) o contabilista de uma empresa deve ficar com o certificado digital do contribuinte para assinar documentos por ele na sua ausência e/ou em caso de urgência.
 - (B) o certificado digital pode ser obtido junto a qualquer instituição pública estadual ou federal, autorizada pelo governo a realizar operações financeiras e/ou fiscais.
 - (C) a entidade subordinada à hierarquia da ICP-Brasil, responsável por emitir, distribuir, renovar, revogar e gerenciar certificados digitais, é chamada de Autoridade Certificadora.
 - (D) assinatura digital é a operação de criptografar um documento com o uso de uma chave criptográfica pública, que atribui ao documento integridade e disponibilidade.
 - (E) a assinatura digital é uma senha do contribuinte que permite a identificação do autor de um documento submetido à Secretaria da Fazenda.
-
64. Duas séries de certificados previstos na ICP-Brasil são descritas a seguir:
- I. Reúne os certificados de assinatura digital, utilizados na confirmação de identidade na *web*, em *e-mails*, em Redes Privadas Virtuais (VPNs) e em documentos eletrônicos com verificação da integridade das informações.
 - II. Reúne os certificados de sigilo, que são utilizados na codificação de documentos, de bases de dados, de mensagens e de outras informações eletrônicas sigilosas.
- As séries de certificados I e II são categorizadas, respectivamente, de
- (A) B e C.
 - (B) A e B.
 - (C) B e D.
 - (D) A e F.
 - (E) A e S.
-
65. O método criptográfico normalmente utilizado para gerar assinaturas digitais que, quando aplicado sobre uma informação, independentemente do tamanho que ela tenha, gera um resultado único e de tamanho fixo é chamado de
- (A) *abstract key*.
 - (B) *hash*.
 - (C) *patch*.
 - (D) *hoax*.
 - (E) *compact brief*.



66. Um dos mecanismos básicos de segurança da informação é um componente de uma rede de computadores que tem por objetivo aplicar uma política de segurança a um determinado ponto da rede. Este componente de segurança existe na forma de *software*, de *hardware* ou da combinação de ambos. Atualmente, os principais sistemas operacionais trazem este componente embutido na forma de *software* para proteger computadores contra acessos não autorizados vindos da Internet.

O texto descreve o componente conhecido como

- (A) *firewall*.
- (B) *sniffer*.
- (C) *antivirus*.
- (D) *proxy*.
- (E) *scandisk*.

67. Em determinado *site* é dada a seguinte fórmula para a realização de um cálculo:

$$\text{MVA ajustada} = \{[(1 + \text{MVA-ST original}) \times (1 - \text{ALQ interestadual}) / (1 - \text{ALQ interna})] - 1\} \times 100$$

Considere a planilha abaixo digitada no Microsoft Excel em português.

	A	B	C	D	E
1		Coeficientes			Percentual
2		MVA-ST original	ALQ interestadual	ALQ interna	MVA ajustada
3	Produto	0,4	0,07	0,17	56,9

A fórmula digitada para gerar o resultado na célula E3, considerando que esta célula está configurada para apresentar o valor com apenas uma casa decimal, é

- (A) $=\{[(1 + B3) \times (1 - C3) / (1 - D3)] - 1\} \times 100$
- (B) $\{[(1 + B3) \times (1 - C3) / (1 - D3)] - 1\} \times 100$
- (C) $=\{((1 + B3) \times (1 - C3) / (1 - D3)) - 1\} \times 100$
- (D) $=\{[(1 + B3) \times (1 - C3) / (1 - D3)] - 1\} \times 100$
- (E) $\{((1 + B3) \times (1 - C3) / (1 - D3)) - 1\} \times 100$

68. O grande crescimento do ambiente de negócios faz com que as empresas armazenem um alto volume de informações, tornando a sua correta extração um fator chave para que consigam espaço no mercado competitivo. Nesse contexto, o Data Warehouse (DW) é um depósito de dados

- (A) invariável com o tempo, que consiste na manutenção de um histórico de dados em relação ao período de tempo maior que dos sistemas comuns o que compromete, de certa forma, o desempenho dos bancos transacionais.
- (B) redundante, pois como os dados são provenientes de várias fontes, podem aparecer repetidos dezenas de vezes.
- (C) orientado por departamentos, e sua modelagem é norteadada a partir de todos os assuntos da empresa, fornecendo uma visão geral dos processos de negócio que permite a tomada de decisões estratégicas.
- (D) volátil, em que os dados, após serem filtrados e limpos, podem sofrer alterações, consulta e exclusão de cadastro que refletem nas bases de dados originais.
- (E) integrado, que visa padronizar os dados dos diversos sistemas em uma única representação, para serem transferidos para a base de dados única do DW.

69. Um Sistema de Gerenciamento de Banco de Dados (SGBD) é um *software* com recursos específicos para facilitar a manipulação das informações dos bancos de dados e o desenvolvimento de programas aplicativos. A forma como os dados serão armazenados no banco de dados é definida pelo modelo do SGBD. Os principais modelos são: hierárquico, em rede, orientado a objetos e

- (A) orientado a componentes.
- (B) funcional.
- (C) procedural.
- (D) orientado a serviços.
- (E) relacional.



70. Dentre as funções disponíveis no Microsoft Excel 2013, em português, estão as classificadas na categoria das funções matemáticas e trigonométricas. Algumas destas funções são descritas a seguir:
- I. A função ARRED arredonda um valor numérico real para um número especificado de casas decimais. Por exemplo, se a célula A1 contiver 23,7825 e se deseja arredondar esse valor para duas casas decimais, poderá ser utilizada a fórmula =ARRED(A1, 2).
 - II. A função SOMASE soma os valores em um intervalo, que atendem aos critérios especificados. Por exemplo, suponha que o intervalo de células de B2 até B25 contém números e se deseja somar apenas os valores maiores que 5 deste intervalo. Para isso, é possível usar a fórmula =SOMASE(B2:B25, ">5").
 - III. A função EXP calcula o resultado de um número elevado a uma potência. Por exemplo, para calcular 98,6 elevado à potência de 3,2 é possível utilizar a fórmula =EXP(98,6:3,2).

Está correto o que se afirma em

- (A) II, apenas.
- (B) II e III, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) I, apenas.
- (E) I, II e III.

G4 – Economia e Finanças Públicas

Atenção: As questões de números 71 a 75 referem-se a Economia.

71. Com respeito à definição da política de comércio exterior de um país, é correto afirmar:
- (A) A obtenção de vigorosos superávits da balança comercial só não será suficiente para assegurar o equilíbrio do Balanço de Pagamentos, caso o país seja um grande investidor no resto do mundo.
 - (B) A acumulação de reservas internacionais não é uma alternativa de condução da política econômica, caso o saldo superavitário da Balança Comercial seja sustentado por sua política de taxa de câmbio fixa.
 - (C) Para se manter a paridade do poder de compra de uma moeda, sua taxa de câmbio deve ser desvalorizada na medida exata em que varie o nível de seu índice de preços domésticos.
 - (D) Caso seja adotado o regime de taxas de câmbio flutuantes, um grande movimento de entrada de capitais para investimentos tende a ter como efeito adjacente tornar importações mais baratas e desestimular exportações.
 - (E) Convém privilegiar a exportação de produtos agrícolas em detrimento de manufaturados, posto que os primeiros tendem a ter melhores termos de troca e menor flutuação de preços por conta da estabilidade de sua demanda.
-
72. No que tange ao cômputo dos agregados macroeconômicos e ao registro das contas nacionais de um país, é correto afirmar:
- (A) Não é possível aferir o valor do Produto Interno Bruto a partir da análise das contas nacionais, qualquer que seja o modelo de contabilização adotado.
 - (B) Produto Nacional Bruto e Produto Interno Líquido diferem pelo valor da depreciação do estoque de capital da economia.
 - (C) O valor de impostos indiretos líquidos de subsídios é o que diferencia a mensuração do produto em seus conceitos "a preços de mercado" e "a custo de fatores".
 - (D) Na conta destinada a registrar as transações com o resto do mundo, as importações de bens são lançadas a débito e as exportações de bens são lançadas a crédito.
 - (E) O Produto Interno Bruto será inferior ao Produto Nacional Bruto quando a Renda Líquida de Fatores de Produção enviada para o exterior for positiva.

-
73. Na economia brasileira,
- (A) a moeda nunca atuou como mecanismo de pressão ou sansão das pressões inflacionárias.
 - (B) os conceitos de meios de pagamento M2 e M3 são intercambiáveis para fins do cômputo do multiplicador monetário da economia.
 - (C) meios de pagamento no conceito M1 podem ser criados por qualquer instituição integrante do Sistema Financeiro Nacional.
 - (D) a moeda tem sua demanda determinada a partir do que estabelece a Teoria Quantitativa da Moeda.
 - (E) o controle da oferta de moeda se faz por meio de instrumentos como a taxa de reservas compulsórias dos bancos comerciais.



74. No que se refere à tributação, é correto afirmar:
- (A) Sistemas tributários baseados fortemente em impostos indiretos privilegiam a melhora da distribuição de renda ao observarem o princípio da equidade vertical.
 - (B) A introdução de um imposto *ad rem* sobre vendas na comercialização de um bem cuja demanda é perfeitamente inelástica a preços resultará em elevação do preço de equilíbrio de um mercado em concorrência perfeita superior ao valor do imposto.
 - (C) A necessidade de ampliação da carga tributária bruta dos países capitalistas pode ser explicada pelo aumento da participação do Estado na economia, tanto como produtor (políticas ditas keynesianas), como protetor (Estado de Bem-Estar Social).
 - (D) Impostos sobre o valor adicionado são assim denominados porque são cobrados em apenas uma fase do processo produtivo, impedindo, assim, sua incidência em cascata ao longo de toda a cadeia produtiva.
 - (E) A elevação generalizada de impostos indiretos sobre o consumo de bens básicos tende a ampliar a progressividade do sistema tributário.
-
75. Considere a situação em que um país que não está operando próximo a sua capacidade de pleno emprego pretenda elevar o nível do produto. Neste caso,
- (A) o aumento do valor dos benefícios previdenciários de uma economia fechada só será eficaz se acompanhado do aumento da taxa de reservas compulsórias dos bancos comerciais, pois assim haverá expansão do volume de crédito da economia.
 - (B) a alteração da política cambial de taxas de câmbio flutuantes para taxas de câmbio fixas é suficiente para se alcançar a expansão do produto, independentemente das diretrizes das políticas fiscal e monetária.
 - (C) se o país for de economia fechada, a política monetária expansiva será eficaz, desde que os investimentos sejam perfeitamente inelásticos a variações da taxa de juros.
 - (D) uma política de redução de impostos será eficaz em uma economia aberta e com perfeita mobilidade de capitais, desde que seja acompanhada por uma política de taxas de câmbio fixas.
 - (E) as políticas fiscal e monetária expansivas serão igualmente eficazes em uma economia aberta e com perfeita mobilidade de capitais, independentemente de qual seja o regime cambial adotado.

Atenção: As questões de números 76 a 80 referem-se a Finanças Públicas.

76. Com respeito ao Orçamento Público, é correto afirmar:
- (A) A gerência por objetivos, a fixação de metas e o acompanhamento físico-financeiro dos programas não são características presentes no Orçamento Programa.
 - (B) A estimativa de receitas e fixação das despesas poderá ser feita para o período de março de um ano até fevereiro do ano seguinte, sem desrespeito ao Princípio da Anualidade do Orçamento.
 - (C) No Orçamento de Base-Zero deve ser feita a análise, revisão e avaliação apenas das despesas que ultrapassam o nível de gasto já existente.
 - (D) Para que o Orçamento Público seja considerado encerrado, é necessário que ele tenha percorrido suas três fases: elaboração, aprovação e execução.
 - (E) De acordo com o Princípio da Universalidade, todos os entes públicos devem possuir orçamento, ainda que seja elaborado um orçamento para custeio e outro para investimentos.
-
77. Sobre a evolução recente da economia brasileira, considere:
- I. Os recorrentes superávits operacionais das contas públicas são explicados pela necessidade de se pagar elevadas taxas de juros referentes à dívida externa brasileira.
 - II. A elevação da taxa de juros doméstica propiciou a troca da dívida pública externa por dívida pública interna, inclusive porque houve forte entrada de capitais estrangeiros para aplicação no mercado financeiro brasileiro.
 - III. A Política Fiscal brasileira tem como principal meta zerar o déficit público em seu conceito primário, pois dessa forma será recuperada a confiança dos investidores internacionais.
 - IV. A elevação da dívida interna brasileira é um dos fatores que limita a capacidade de investimento do setor público, visto requerer superávits primários cada vez maiores para o pagamento de seus juros.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) II e IV.
- (B) I e III.
- (C) I e II.
- (D) II e III.
- (E) III e IV.



78. No processo orçamentário brasileiro,

- (A) os Créditos Adicionais Extraordinários são aqueles destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica e terão sua validade para mais de um exercício financeiro.
- (B) a Programação Financeira diz respeito a atividades relativas ao orçamento de caixa, compreendendo a previsão do comportamento da receita, a consolidação dos cronogramas de desembolso e o estabelecimento do fluxo de caixa, sem, contudo, ter preocupação com seu equilíbrio.
- (C) o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual devem ser propostas pelo Poder Legislativo, sendo posteriormente apreciadas e aprovadas pelo Poder Executivo.
- (D) as Receitas Patrimoniais são classificadas como Receitas de Capital e as despesas relativas à aquisição de imóveis, ou de bens de capital já em utilização como Despesas de Capital, na categoria econômica de investimentos.
- (E) as receitas públicas e as despesas públicas possuem três estágios cada: o lançamento, a arrecadação e o recolhimento, no caso das receitas, e o empenho, a liquidação e o pagamento, no caso das despesas.

79. Com base na Lei de Responsabilidade Fiscal, considere:

- I. O projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias deverá conter Anexo de Metas Fiscais, em que sejam estabelecidas metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referir e para os dois seguintes, além de avaliação do cumprimento das metas relativas ao exercício anterior.
- II. A adoção de medida tributária da qual decorra renúncia de receita deverá necessariamente ser acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro nos exercícios de sua vigência e de medidas de compensação provenientes da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.
- III. São transferências voluntárias as entregas de recursos correntes ou de capital a outro ente da Federação, a título de cooperação, auxílio ou assistência financeira, que não decorra de determinação constitucional ou legal, exceto os destinados ao Sistema Único de Saúde, podendo ser utilizados pelos beneficiários para qualquer finalidade, independentemente do cumprimento de qualquer exigência.
- IV. Em iniciativa que contribui para a transparência das contas públicas, até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro de cada ano, o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre, em audiência pública nas casas do Poder Legislativo da União, dos Estados ou dos Municípios.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e III.
- (B) I e IV.
- (C) I e II.
- (D) II e III.
- (E) III e IV.

80. No Federalismo Fiscal brasileiro,

- (A) a estratégia da União de aumento de sua arrecadação por meio da elevação de alíquotas e ampliação das bases de cálculo das contribuições sociais foi benéfica na geração de recursos para Estados e Municípios, tendo em vista que sua vigência requer a observância apenas da noventena constitucional e não do princípio da anualidade.
- (B) aos Estados compete aplicar até 25% de sua arrecadação de impostos no financiamento da educação, atuando prioritariamente no ensino superior, fundamental e na educação infantil, e de forma suplementar no ensino profissionalizante, que é prioridade dos Municípios.
- (C) a transferência de recursos fiscais de regiões mais desenvolvidas para regiões menos desenvolvidas tem por um de seus objetivos permitir o custeio de serviços públicos pelas últimas, sem que essas tenham que impor maior ônus tributário a sua população.
- (D) os Fundos de Participação dos Municípios – FPM são exemplos de transferências incondicionais devolutivas que têm por finalidade a redistribuição regional de recursos, arrecadados dentro de uma mesma unidade da federação, além de promover a redução do hiato fiscal.
- (E) às unidades da federação das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, a União entrega mais de um quarto de sua arrecadação por intermédio do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal – FPE e de suas instituições financeiras de caráter regional, estando estes recursos vinculados à promoção do desenvolvimento do setor produtivo.